

# Múcio denunciado por abusos

PSB e PMN escancaram vida suspeita do deputado no TRE



Múcio tem longa carreira em Minas, Rio e Rondônia

O presidente do PSB — Partido Socialista Brasileiro, Luiz Manziolillo, e o presidente do Partido da Mobilização Nacional-PMN, Celson Carlos Batista de Oliveira, pediram ontem à tarde ao Tribunal Regional Eleitoral — TRE a não concessão do registro de candidato ao Senado a Múcio Athayde, do PMDB de Brasília, sob o argumento de falta de moralidade para o exercício do mandato e por abuso do poder econômico, além da tentativa contra a propriedade privada e pública e da falta de probidade administrativa.

A petição, de 23 páginas datilografadas, está acompanhada de uma pasta de 12 centímetros de altura contendo centenas de documentos que vão desde recortes de jornais a cópia de autos judiciais, mandado de prisão, certidões e inquéritos em que o postulante a candidato está sendo acusado de infringir 19 artigos de várias leis e dois artigos da Constituição Federal.

## TESTEMUNHAS

Entre as testemunhas, a petição arrola os jornalistas Hélio Fernandes, Silvestre Gorgulho e Armando Rollemberg, professores Renato Santos Mello e Jefferson Aragão, além do juiz Simão Guimarães de Souza, da Primeira Zona Eleitoral.

Alegam Manziolillo e Celson Carlos que, no uso da vida pública, há de se esperar comportamento adequado ao convívio democrático em que o homem político tenha sempre o respeito aos seus concidadãos, concluindo que “esta não é característica evidenciada

pelo impugnado na sua vida empresarial e política”.

Para traçar o perfil de Múcio Athayde citam no início do documento três artigos do jornalista Hélio Fernandes, da **Tribuna de Imprensa**, republicados no **CORREIO BRAZILIENSE** em janeiro e março deste ano, em que o postulante a candidato é tratado como “A corrupção andarilha”, com prisão decretada no Rio de Janeiro e processado por calote e furto.

Frisam os signatários da petição que a leitura de tais artigos pode levar à impressão de que se trata de histórias fantásticas e inacreditáveis, “mas efetivamente as certidões dos cartórios do Rio de Janeiro confirmam todos os artigos jornalísticos”.

## JORNALISTAS

Para evidenciar transações de lesa-povo, transcrevem também matéria publicada no jornal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, em que os jornalistas Cristina Ávila e Alexandre Badra denunciam que Múcio Athayde, um dia depois de eleito deputado federal por Rondônia, com 25 mil votos, desapareceu e nunca mais foi visto no Estado.

Motivo da fuga: avalanche de credores que batiam à porta do jornal **O Guaporé**, o de maior circulação em Porto Velho e que possuía a melhor equipe de jornalistas e gráficos do Estado. O periódico tinha sido adquirido em 1982 por Múcio Athayde, “com promessas mirabolantes de transformar o diário no maior jornal da Amazônia”.

## GUIAS

O documento fala também de denúncia da existência de matriz de bronze para fabricação de guias falsas de certificado de imóveis junto à Previdência Social, encontrada nos cofres do jornal **O Guaporé**, além de guias falsas em favor de empresa de Múcio Athayde certificando-a de estar quite com o Iapás.

Cita ainda dois professores da Universidade de Brasília, Renato Santos Mello e Jefferson Aragão, do Departamento de Biologia, que pretendiam solicitar ao Presidente da República que “pessoas que comprovadamente lesaram o público sejam impedidas de se candidatarem à Constituinte”. Ambos se consideram lesados na compra de apartamentos na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, de um projeto conhecido por “Athaydeville”, lançado pelo parlamentar em 1970.

O postulante a candidato ao Senado é acusado também do não-pagamento dos chapéus utilizados como propaganda política na sua campanha em Rondônia. A empresa “Chapéus Mont’Crist, para receber sua dívida, teve que ingressar no Juízo da 44ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

Para os signatários da petição, a história de Múcio daria um **best-seller**. Advertem que ela está se repetindo na campanha eleitoral do Distrito Federal, onde o candidato “se resguarda na sua condição de deputado federal para furtar até energia elétrica nas coberturas dos edifícios Márcia e Maristela”.



# ...Múcio denunciado por abusos

Continuação da página 8

Carmo nº 11, 10º andar, Centro-RJ.

b) Em 1981, foi acusado de propor reajustamentos abusivos para término de obra de Edifício Valente, em Belo Horizonte, sob ameaça de não concluir a obra caso não conseguisse os reajustamentos pedidos, ou, então, que lhe fossem entregues 24 salas, 3 salões, as perigosas do prédio, o terraço e mais 10% sobre o custo total da construção, incluindo-se os elevadores. No contrato firmado entre a incorporadora (leia-se MUCIO ATHAYDE) e os condôminos, aquela se obrigava a entregar o prédio concluído, sem qualquer reajustamento. Este mesmo tipo de golpe, MUCIO ATHAYDE aplicou em Brasília e no Rio de Janeiro.

c) Incorporador de construções de edifícios em Brasília, MUCIO ATHAYDE protejava, propositalmente, o término de certas obras, para, com isso, obter reajustamento de preços. Os incautos compradores sempre saíam lesados. Teve sucesso com o antigo Banco da Lavoura do Estado de Minas Gerais, quando fez a incorporação do Pampulha Late Clube, financiado pelo mencionado Banco. Tudo indica ter havido, no caso, desmentimento entre dois "espertões", MUCIO ATHAYDE e carreirista dos mais audaciosos, totalmente sem escrúpulos, sempre procurando envolver pessoas de nível elevado em suas aventuras. Em 1970, foi processado pela Subcomissão Geral de Investigações (Processo nº 01/70).

d) Em 1974, como acionista majoritário da firma DESENVOLVIMENTO ENGENHARIA LTDA, MUCIO ATHAYDE foi o responsável pelo ambicioso projeto de construção de 71 torres residenciais na Barra da Tijuca-RJ. Apenas três foram iniciadas até o momento não concluídas (talvez seja este o maior de todos os golpes aplicados por MUCIO ATHAYDE contra a boa fé e o patrimônio do povo).

e) MUCIO ATHAYDE teve todos os seus bens penhorados pela Justiça do Trabalho. Respondeu a denúncia na Delegacia de Falsificação de Defraudações e o Processo na 9ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Contra ele foram promovidas 4.900 reclamações trabalhistas e o momento não concluídas (talvez seja este o maior de todos os golpes aplicados por MUCIO ATHAYDE contra a boa fé e o patrimônio do povo).

f) Em 1975, MUCIO ATHAYDE foi condenado a 10 meses de prisão, como depositário infiel, numa ação movida por Silvano Porto Arcoverde, que arrematara em leilão seis máquinas de calcular eletrônicas e não as recebeu. Para escapar da prisão, MUCIO ATHAYDE depositou, na 17ª Vara Cível do Rio de Janeiro a quantia de Cr\$ 6.700,00.

g) Desde 1977, MUCIO ATHAYDE deixou de prestar declaração de rendas à Receita Federal, visto ser mais barato pagar somente as multas.

h) De acordo com dados obtidos junto à Revista Monitor Mercantil, MUCIO ATHAYDE, anteriormente, foi proprietário da Empresa MUCIO ATHAYDE & CIA, CONSTRUTORA, firma contra a qual foram propostos vários protestos. A referida firma foi sucessora do Consórcio Brasileiro de Engenharia S/A. A firma vinha sendo encarcerada com reservas e não inspirava confiança para transações a crédito, pois, além de seu Diretor (MUCIO ATHAYDE) ter sofrido vários protestos, era o vial propriamente dito e orientador da Empresa Brasileira Ltda., que teve faliência requerida em 07/10/63.

i) No período de maio de 1962 até 1964, MUCIO ATHAYDE sofreu 41 protestos, sendo o maior valor Cr\$ 1.451,00 e o menor Cr\$ 3,07. De dezembro de 1962 a fevereiro de 1967, teve vários títulos apontados e liquidados em cartório.

j) A maioria dos bens de MUCIO ATHAYDE encontram-se em nome de sua esposa Stael Maria Athayde, com que é casado sob o regime de separação de bens. Isto indica que MUCIO ATHAYDE manteria incalculáveis a sua fortuna.

k) MUCIO ATHAYDE é um empresário voltado, principalmente, para o ramo da construção civil, audacioso, sem escrúpulos, corrupto e oportunista. Frequentemente usa o nome de órgãos de segurança e informações para se aproximar de autoridades ou pessoas influentes.

l) Em 1975, foi instaurado o inquérito policial nº 160, pela Polícia Federal do Rio de Janeiro, para apurar irregularidades atribuídas a MUCIO ATHAYDE, que acusou sem provas diversas autoridades do Banco do Brasil, BNH e Caixa Econômica Federal, no tocante à concessão de financiamentos. O inquérito foi instaurado por determinação do então Ministro da Justiça e, após concluído, foi remetido à 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro, onde tomou o nº 237/75.

m) Em 19/05/80, foi instaurado o inquérito policial nº 98, pela Polícia Federal do Rio de Janeiro, com a finalidade de apurar a responsabilidade criminal por determinação do então Ministro da Justiça e, após concluído, foi remetido à 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro, onde tomou o nº 237/75.

dade de MUCIO ATHAYDE) e CONJAP-CONSTRUTORA JUPARANA S/A, próprio MUCIO ATHAYDE, proprietário do C O A T A Y D E e FINANCIAL-BANCO DE INVESTIMENTO S/A, perante o Cartório de 15º Ofício de Notas, Livro 131, fls. 62, ERAM FAL-SOS A DESENVOLVIMENTO ENGENHARIA LTDA., apresentando certidões que se acham depositadas naquele Cartório, datadas de 21/01/80 e 28/01/80, sem constar qualquer distribuição contra si, enquanto que, por outra Certidão, esta datada de 08/02/80, constata-se a distribuição de várias execuções fiscais, inclusive o Processo nº 1.591.355, em que é credor o IAPAS, contra a mencionada empresa (DESENVOLVIMENTO ENGENHARIA LTDA.), cuja distribuição data de 16/10/78, sendo, o valor, da ordem de Cr\$ 8.669.029,02. O Certificado de Regularidade já referido, expedido pelo IAPAS com a chancela do Banco Mineiro S/A-Ag. Central-RJ, não correspondeu à realidade.

n) Em 12/12/81, foi instaurado o inquérito policial nº 314, pela Polícia Federal do Rio de Janeiro, contra MUCIO ATHAYDE, como incurso nas penas do artigo 334 do Código Penal, por haver introduzido, clandestinamente, no País, o automóvel Mercedes Benz, modelo 450-SE, cor azul, placa RR-4646-RJ, de procedência estrangeira.

o) No dia 02/12/75, o jornal "ÚLTIMA HORA", publicou uma nota sobre MUCIO ATHAYDE, com o seguinte teor: "JUIZ DECRETA PRISÃO DO ABALLA DA BARREIRA". O Juiz Diretor Jayme Henrique de Abreu, da 17ª Vara Cível, decretou a prisão por 10 meses de MUCIO ATHAYDE, Diretor da DESENVOLVIMENTO ENGENHARIA LTDA, com fundamento no artigo 1287 do Código Civil Brasileiro, nos autos da ação ordinária proposta por Germano Moreira Alves, contra aquela empresa."

p) MUCIO ATHAYDE foi citado pelo Secretário do Sindicato dos Correios de Invel do Rio de Janeiro, Sr. Dirceu Abreu, durante a Reunião da Comissão Executiva do Conselho de Unidade Sindical, na data de 24/01/80, na qual o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, com um dos maiores "grileiros" dos terrenos da Barra da Tijuca e da Balçada de Jacarepaguá.

q) Como representante da CONJAP-CONSTRUTORA JUPARANA S/A, com escritório na Rua do Carmo nº 11, 10º andar, Centro-RJ, MUCIO ATHAYDE leu centenas de compradores, mediante o emprego de manobras artificiais, dolo, simulação e outros meios de fraude, para obter qualquer providência legal, vez que todos os inquéritos contra ele instaurados perderam-se na Justiça. A periculosidade de Sr. MUCIO ATHAYDE se evidencia pelo cálculo e premeditação com que age, pela fraude, pela mentira, pela farsa e pelo sucesso obtido através de atos de corrupção.

r) No dia 08/12/81, Agentes Federais e Fiscais dos Tributos Federais realizaram uma diligência nas dependências da DESENVOLVIMENTO ENGENHARIA LTDA., CONJAP - CONSTRUTORA JUPARANA S/A, INSTITUTO MUCIO ATHAYDE e MONTANDON S/A, ocasião em que foi apreendida grande quantidade de documentos que comprovam sonegação de Imposto de Renda por parte do mencionado grupo de empresas, desde 1971.

s) Ainda no Rio de Janeiro, MUCIO ATHAYDE respondeu aos seguintes inquéritos policiais, instaurados pela Secretaria de Segurança Pública, conforme consta de registros do Instituto Felix Pacheco:

Inquérito nº 84, 16º DP, arts. 161 e 171, 163 e 345, todos do Código Penal (Usurpação, Danos, Exercício Arbitrário das Próprias Razões).

Inquérito nº 131, 19/01/76, 7º DP, art. 171 e 2º-VI (Estelionato).

Inquérito nº 161, 08/04/76, 7º DP, art. 171 e 2º-VI (Estelionato).

Inquérito nº 631, Delegacia de Defraudações, art. 66-VI da Lei nº 4.591/64 (Falsificação de obra por mais de 30 dias sem justa causa).

Inquérito nº 077, 06/06/79, 4º DP, art. 171 (Estelionato).

Inquérito nº 625, 01/01/80, 4º DP, art. 171 (Estelionato).

Isto é apenas um resumo da vida do impugnado e dos seus objetivos para continuar na vida pública, agora, como candidato a Senador pelo PMDB do Distrito Federal.

DAS ATIVIDADES POLÍTICAS DO IMPUGNADO NO DISTRITO FEDERAL

Sem se considerar suas atividades malfadadas na Capital Federal, nos anos 80, quando da construção dos Edifícios Márcia e Maristela, em que é de conhecimento público e notório, o impugnado investiu no cargo de Deputado Federal anexo, impedindo de voltar à Rondônia e passa a exercer suas atividades políticas com a pretensão de ser GOVERNADOR DO DF, lançando "MANIFESTO PRO-MUCIO" por via de incautos a sua própria candidatura (Doc.). Grupos do PMDB-DF protestam vetando seu nome e levando um perfil a Tancredino Neves com intenção de evitar que fosse nomeado "um estranheiro" (Doc.). O Impugnado não recua e revela PESQUISA DO IBATE, por ele próprio "encomendada" e se diz favorito, caso as eleições

fossem pelo voto direto (Doc.). Quando então, a si mesmo atribuiu em sentido contrário ao seu objetivo afirmou: "MUCIO-QUERO DISPUTAR NA BOCA DA URNA", entrevista concedida ao Correio Braziliense de 08/05/86, quando revela suas pretensões administrativas", caso fosse Governador (Doc.). Não escolhido Governador, passou então a pillar muros, distribuir retratos, chapéus e outros souvenirs, com os seguintes dizeres "QUEREMOS MUCIO" — O HOMEM DO CHAPEU", bem ao estilo da Campanha de Rondônia, além de se infiltrar em diversas Associações de Moradores, tudo prometendo e nada cumprindo. Criou, também ao estilo Rondoniense, a famosa ASSEMBLEIA COMUNITÁRIA, passando a conferir aos seus integrantes o título honorífico de "DEPUTADO COMUNITÁRIO".

Como as eleições só foram aprovadas à Câmara dos Deputados ao Senado Federal, iniciou sua campanha eleitoral para o SENADO FEDERAL, aumentando as pichações nos muros públicos e particulares, distribuindo mais chapéu e fazendo tentativas de ganhar no Distrito Federal, uma Rede de Comunicações, composta de Rádio, TV e Jornal, eis que assim passaria a exercer uma influência permanente nos mais importantes meios de comunicação mais oito anos de mandato parlamentar para ficar impune nas suas atividades de LESAPÓVO.

Não conseguiu adquirir nenhuma Emissora de Rádio ou Televisão, eis que, o empreendimento do Distrito Federal, conhecendo-o como conhece, não fora na "conversa" do impugnado. Todavia, adquiriu a Emissora de TV, em Goiânia e uma Rádio em Luziânia, tentando junto ao Ministério das Comunicações, o aumento de sua potencialidade para atingir todo o território do Distrito Federal, o que, se possível, a consecução do seu objetivo, várias vezes tentou mudar a direção da antena para invadir o Distrito Federal.

Pela TV, de Goiânia, tentou coisitar a Emissora de Brasília, a retransmissão de um Programa seu, direto de Goiânia, o que também não conseguiu.

Por fim, viria a comprar o jornal "Última Hora de Brasília", no final do ano passado, quando então, já houvera transferido o seu Domicílio objetivo para Brasília com o objetivo de sua candidatura.

Com o Jronal "Última Hora" deflagrou a sua campanha eleitoral, através de Manchetes e reportagens, com o intuito de sua personalidade, como Emissor dos Humildes" para a seguir lançar a outra etapa de sua campanha eleitoral — A DISTRIBUIÇÃO DIÁRIA DE LEITE E DE PAO, através das KOMBISS jornalistas, e a seguir a distribuição gratuita dos seus jornais, diariamente.

Há de se acreditar que nem o próprio candidato impugnando o melhor nome do mundo, nem a abastança de sua família, admitiriam transposto a barreira dos 150 milhões de cruzados. E aqui vale ressaltar uma situação visível, só de LEITE E DE PAO e a divulgação do seu nome, com os 150 milhões de cruzados, conforme a própria tabela de preço do jornal do impugnado e dos diversos recortes que bem demonstram a distribuição processada pelo impugnado, que se requer a junção dos mesmos aos autos.

Se qualquer outro candidato pretendesse fazer a divulgação do seu nome, com os 150 milhões de cruzados, não poderia fazer isso sem a distribuição processada pelo impugnado, que se requer a junção dos mesmos aos autos.

Se qualquer outro candidato pretendesse fazer a divulgação do seu nome, com os 150 milhões de cruzados, não poderia fazer isso sem a distribuição processada pelo impugnado, que se requer a junção dos mesmos aos autos.

Se qualquer outro candidato pretendesse fazer a divulgação do seu nome, com os 150 milhões de cruzados, não poderia fazer isso sem a distribuição processada pelo impugnado, que se requer a junção dos mesmos aos autos.

Se qualquer outro candidato pretendesse fazer a divulgação do seu nome, com os 150 milhões de cruzados, não poderia fazer isso sem a distribuição processada pelo impugnado, que se requer a junção dos mesmos aos autos.

Se qualquer outro candidato pretendesse fazer a divulgação do seu nome, com os 150 milhões de cruzados, não poderia fazer isso sem a distribuição processada pelo impugnado, que se requer a junção dos mesmos aos autos.

Se qualquer outro candidato pretendesse fazer a divulgação do seu nome, com os 150 milhões de cruzados, não poderia fazer isso sem a distribuição processada pelo impugnado, que se requer a junção dos mesmos aos autos.

Se qualquer outro candidato pretendesse fazer a divulgação do seu nome, com os 150 milhões de cruzados, não poderia fazer isso sem a distribuição processada pelo impugnado, que se requer a junção dos mesmos aos autos.

guma coisa a quaisquer pessoas e convocando da seguinte forma: "Se alguém tiver algum dinheiro a receber de mim, é só apresentar a conta que eu pago", tentando, desta forma, enganar o eleitorado do Distrito Federal, com seu nome, logo se viu liquidado, ora pelo jornal, Última Hora e posteriormente, do Correio do Brasil, também de sua propriedade, em razão da não concessão do uso do nome do privado, pelo seu proprietário do Rio de Janeiro. Na verdade, tudo fez e intimidou, até a sua consecução e, portanto, como candidato ao SENADO FEDERAL, pela lei aplicável na área do Distrito Federal (Doc.).

## DO ABUSO DO PODER ECONÓMICO DO IMPUGNADO

Quanto gastou o impugnado até o presente com a distribuição de Leite e de Pão? Com material de construção? Com remédios? Com gasolina? Com cabos eleitorais? Quanto custou o seu Trio Elétrico que desfilava pelas cidades satélites? Quanto custou o jornal que comprou para fazer a sua campanha eleitoral? Quanto custou as modernas transportadoras para fazer a distribuição? Quanto custou a distribuição de chapéus que já distribuiu? Quanto custou as centenas de out-dours que foram espalhados no final de junho pelo candidato? Quanto custou a veiculação de anúncio, feito pelo próprio impugnado, convocando em maio, os eleitores a se recadastrarem, sob o pretexto de colaborar com a Justiça Eleitoral, em todas as Emissoras de Televisão e Rádio do Distrito Federal, incitando o eleitorado a praticar o crime eleitoral de "boca de urna"?

Quanto custou a distribuição de Leite e de Pão? Com material de construção? Com remédios? Com gasolina? Com cabos eleitorais? Quanto custou o seu Trio Elétrico que desfilava pelas cidades satélites? Quanto custou o jornal que comprou para fazer a sua campanha eleitoral? Quanto custou as modernas transportadoras para fazer a distribuição? Quanto custou a distribuição de chapéus que já distribuiu? Quanto custou as centenas de out-dours que foram espalhados no final de junho pelo candidato? Quanto custou a veiculação de anúncio, feito pelo próprio impugnado, convocando em maio, os eleitores a se recadastrarem, sob o pretexto de colaborar com a Justiça Eleitoral, em todas as Emissoras de Televisão e Rádio do Distrito Federal, incitando o eleitorado a praticar o crime eleitoral de "boca de urna"?

Quanto custou a distribuição de Leite e de Pão? Com material de construção? Com remédios? Com gasolina? Com cabos eleitorais? Quanto custou o seu Trio Elétrico que desfilava pelas cidades satélites? Quanto custou o jornal que comprou para fazer a sua campanha eleitoral? Quanto custou as modernas transportadoras para fazer a distribuição? Quanto custou a distribuição de chapéus que já distribuiu? Quanto custou as centenas de out-dours que foram espalhados no final de junho pelo candidato? Quanto custou a veiculação de anúncio, feito pelo próprio impugnado, convocando em maio, os eleitores a se recadastrarem, sob o pretexto de colaborar com a Justiça Eleitoral, em todas as Emissoras de Televisão e Rádio do Distrito Federal, incitando o eleitorado a praticar o crime eleitoral de "boca de urna"?

Quanto custou a distribuição de Leite e de Pão? Com material de construção? Com remédios? Com gasolina? Com cabos eleitorais? Quanto custou o seu Trio Elétrico que desfilava pelas cidades satélites? Quanto custou o jornal que comprou para fazer a sua campanha eleitoral? Quanto custou as modernas transportadoras para fazer a distribuição? Quanto custou a distribuição de chapéus que já distribuiu? Quanto custou as centenas de out-dours que foram espalhados no final de junho pelo candidato? Quanto custou a veiculação de anúncio, feito pelo próprio impugnado, convocando em maio, os eleitores a se recadastrarem, sob o pretexto de colaborar com a Justiça Eleitoral, em todas as Emissoras de Televisão e Rádio do Distrito Federal, incitando o eleitorado a praticar o crime eleitoral de "boca de urna"?

Quanto custou a distribuição de Leite e de Pão? Com material de construção? Com remédios? Com gasolina? Com cabos eleitorais? Quanto custou o seu Trio Elétrico que desfilava pelas cidades satélites? Quanto custou o jornal que comprou para fazer a sua campanha eleitoral? Quanto custou as modernas transportadoras para fazer a distribuição? Quanto custou a distribuição de chapéus que já distribuiu? Quanto custou as centenas de out-dours que foram espalhados no final de junho pelo candidato? Quanto custou a veiculação de anúncio, feito pelo próprio impugnado, convocando em maio, os eleitores a se recadastrarem, sob o pretexto de colaborar com a Justiça Eleitoral, em todas as Emissoras de Televisão e Rádio do Distrito Federal, incitando o eleitorado a praticar o crime eleitoral de "boca de urna"?

Quanto custou a distribuição de Leite e de Pão? Com material de construção? Com remédios? Com gasolina? Com cabos eleitorais? Quanto custou o seu Trio Elétrico que desfilava pelas cidades satélites? Quanto custou o jornal que comprou para fazer a sua campanha eleitoral? Quanto custou as modernas transportadoras para fazer a distribuição? Quanto custou a distribuição de chapéus que já distribuiu? Quanto custou as centenas de out-dours que foram espalhados no final de junho pelo candidato? Quanto custou a veiculação de anúncio, feito pelo próprio impugnado, convocando em maio, os eleitores a se recadastrarem, sob o pretexto de colaborar com a Justiça Eleitoral, em todas as Emissoras de Televisão e Rádio do Distrito Federal, incitando o eleitorado a praticar o crime eleitoral de "boca de urna"?

Quanto custou a distribuição de Leite e de Pão? Com material de construção? Com remédios? Com gasolina? Com cabos eleitorais? Quanto custou o seu Trio Elétrico que desfilava pelas cidades satélites? Quanto custou o jornal que comprou para fazer a sua campanha eleitoral? Quanto custou as modernas transportadoras para fazer a distribuição? Quanto custou a distribuição de chapéus que já distribuiu? Quanto custou as centenas de out-dours que foram espalhados no final de junho pelo candidato? Quanto custou a veiculação de anúncio, feito pelo próprio impugnado, convocando em maio, os eleitores a se recadastrarem, sob o pretexto de colaborar com a Justiça Eleitoral, em todas as Emissoras de Televisão e Rádio do Distrito Federal, incitando o eleitorado a praticar o crime eleitoral de "boca de urna"?

## Uso e abuso dos jornais

Os jornais Correio do Brasil e O Povo, usados pelo deputado Múcio Athayde para fazer a sua campanha eleitoral, estão sendo empregados para divulgar versões que pretendem livrá-lo da impugnação. O "hoi-atuado" chapéu de apelá até para versões que tentam incriminar outros políticos.

que problem desde a pichação de seus autos, o uso imoderado, nocivo e intolerável, em regime democrático que assenta no postulado básico da relativa igualdade de oportunidades e possibilidades, para o acesso aos meios de comunicação de massa e de governo. Esta é, aliás, uma das razões que tornam imprescindível o conhecimento do recurso, de vez que a conclusão do abuso previsto na Constituição não pode ficar ao critério, eventualmente discrepante, dos vários Tribunais Regionais.

É óbvio que aqui não se discute matéria criminal. Nestes autos não se impõe a necessidade de se discutir a responsabilidade de atos definidos como delitos pelo direito comum. Não é ele a causa de haver comprado um eleitorado sobornado um direitório municipal. Também não se precisa discutir a utilidade dos benefícios decorrentes das doações, a que os autos se referem.

O que está em causa é a licitude desta prática sob o ponto de vista político. Isto é, sob o ponto de vista de sua adequação a um regime democrático que se deseja livre de opressão, de fraude, de toda forma de corrupção capaz de macular a dignidade do sufrágio. Ora, se o emprego do dinheiro, para objetivos eleitorais, nas proporções verificadas no caso sub-judice, não representa prática corruptora, não há como falar em fraude, de toda forma de corrupção capaz de macular a dignidade do sufrágio.

O outro aspecto do recurso diz respeito à ação do poder econômico no processo eleitoral. Como por toda a parte ocorre, as eleições brasileiras, nos primeiros tempos, eram desvirtuadas pela opressão do eleitorado e pela fraude no processo de manifestação da vontade popular. A partir, porém, da instituição do voto secreto e da Justiça Eleitoral, passaram a ter eleições cada dia melhores, nos quais o eleitor cada dia mais livremente se manifesta, sem que a fraude persiste, nem em outro ponto, mas já não é predominante, nem impeditiva do pronunciamento das maiorias. Por outro lado, a ação da Justiça Eleitoral e da Justiça Eleitoral, em todas as Emissoras de Televisão e Rádio do Distrito Federal, incitando o eleitorado a praticar o crime eleitoral de "boca de urna"?

Nos últimos tempos, todavia, a fraude se tornou mais comum, não mais que a fraude no processo de manifestação da vontade popular, mas já não é predominante, nem impeditiva do pronunciamento das maiorias. Por outro lado, a ação da Justiça Eleitoral e da Justiça Eleitoral, em todas as Emissoras de Televisão e Rádio do Distrito Federal, incitando o eleitorado a praticar o crime eleitoral de "boca de urna"?

Em países democraticamente desenvolvidos, não é de hoje que se tenta impor à ação do dinheiro na política. A primeira lei inglesa sobre a matéria é de 1832. A primeira lei americana, do Estado de Nova York, tem data de 1890. Desde então, tem surgido, nos Estados Unidos como em outros países, numerosas leis que, com maior ou menor extensão, cobrem os caracteres da fraude que estamos conseguindo erradicar de nossos costumes eleitorais.

Entre nós também existe o problema do dinheiro nas eleições, e de maneira grave, no caso de nossa democracia se vem revelado muito vulnerável à influência do dinheiro, que atua na política com impressionante desenvolvimento. Para reprimir esses excessos já temos leis, mas leis e contamos com a Justiça Eleitoral. Mas, se as leis e os órgãos incumbidos de sua aplicação forem impotentes para coibir abusos que se avolumam, chegaremos em breve a uma situação em que, através de eleições aparentemente livres e regulares, somente se elegerão banqueiros, comerciantes industriais opulentos, ou candidatos vinculados a grande empresa.

O presente recurso configura um caso típico do poder do dinheiro na vida política do País: o dos candidatos que chegam de súbito aos mais altos postos da representação popular, sem prévia atuação na vida pública, elegendo-se com surpreendente superioridade de votos, mesmo em Estados em que nunca residiram, nem exerceram qualquer atividade profissional.

Na hipótese, o que se diz contra o candidato do P.S.D., o Governo de Minas Gerais, ele — jamais tendo sido político neste Estado, onde não reside nem tem negócios, nele se elegeram deputado federal em 1962, com a maioria absoluta, alcançada pelos mais ilustres homens públicos de Minas ou por seus banqueiros mais modestos. Conclui-se que isso só foi possível pelo emprego de meios financeiros de tal monta que comprometem a lisura do pleito, traduzindo em razoáveis condições de competição democrática.

O que se diz a favor é que ele realmente conquistou as preferências do eleitorado pelo dinheiro, porém através de gestos de magnanimidade, concretizados, não na compra de votos ou em excessos de propaganda paga, porém exclusivamente em doações a entidades beneficentes ou destinados à realização de melhoramentos públicos, em diversos Municípios.

Essa defesa torna tranqüila toda a matéria de fato. Que o candidato haja feito uso de seu dinheiro para eleger-se, está admitido e reiterado, apenas com a ressalva de que o fato não é crime e que a constatação de ser legítimo que os ricos façam política com os seus meios, quando não possam outros.

que problem desde a pichação de seus autos, o uso imoderado, nocivo e intolerável, em regime democrático que assenta no postulado básico da relativa igualdade de oportunidades e possibilidades, para o acesso aos meios de comunicação de massa e de governo. Esta é, aliás, uma das razões que tornam imprescindível o conhecimento do recurso, de vez que a conclusão do abuso previsto na Constituição não pode ficar ao critério, eventualmente discrepante, dos vários Tribunais Regionais.

É óbvio que aqui não se discute matéria criminal. Nestes autos não se impõe a necessidade de se discutir a responsabilidade de atos definidos como delitos pelo direito comum. Não é ele a causa de haver comprado um eleitorado sobornado um direitório municipal. Também não se precisa discutir a utilidade dos benefícios decorrentes das doações, a que os autos se referem.

O que está em causa é a licitude desta prática sob o ponto de vista político. Isto é, sob o ponto de vista de sua adequação a um regime democrático que se deseja livre de opressão, de fraude, de toda forma de corrupção capaz de macular a dignidade do sufrágio. Ora, se o emprego do dinheiro, para objetivos eleitorais, nas proporções verificadas no caso sub-judice, não representa prática corruptora, não há como falar em fraude, de toda forma de corrupção capaz de macular a dignidade do sufrágio.

O outro aspecto do recurso diz respeito à ação do poder econômico no processo eleitoral. Como por toda a parte ocorre, as eleições brasileiras, nos primeiros tempos, eram desvirtuadas pela opressão do eleitorado e pela fraude no processo de manifestação da vontade popular. A partir, porém, da instituição do voto secreto e da Justiça Eleitoral, passaram a ter eleições cada dia melhores, nos quais o eleitor cada dia mais livremente se manifesta, sem que a fraude persiste, nem em outro ponto, mas já não é predominante, nem impeditiva do pronunciamento das maiorias. Por outro lado, a ação da Justiça Eleitoral e da Justiça Eleitoral, em todas as Emissoras de Televisão e Rádio do Distrito Federal, incitando o eleitorado a praticar o crime eleitoral de "boca de urna"?

Nos últimos tempos, todavia, a fraude se tornou mais comum, não mais que a fraude no processo de manifestação da vontade popular, mas já não é predominante, nem impeditiva do pronunciamento das maiorias. Por outro lado, a ação da Justiça Eleitoral e da Justiça Eleitoral, em todas as Emissoras de Televisão e Rádio do Distrito Federal, incitando o eleitorado a praticar o crime eleitoral de "boca de urna"?

Em países democraticamente desenvolvidos, não é de hoje que se tenta impor à ação do dinheiro na política. A primeira lei inglesa sobre a matéria é de 1832. A primeira lei americana, do Estado de Nova York, tem data de 1890. Desde então, tem surgido, nos Estados Unidos como em outros países, numerosas leis que, com maior ou menor extensão, cobrem os caracteres da fraude que estamos conseguindo erradicar de nossos costumes eleitorais.

Entre nós também existe o problema do dinheiro nas eleições, e de maneira grave, no caso de nossa democracia se vem revelado muito vulnerável à influência do dinheiro, que atua na política com impressionante desenvolvimento. Para reprimir esses excessos já temos leis, mas leis e contamos com a Justiça Eleitoral. Mas, se as leis e os órgãos incumbidos de sua aplicação forem impotentes para coibir abusos que se avolumam, chegaremos em breve a uma situação em que, através de eleições aparentemente livres e regulares, somente se elegerão banqueiros, comerciantes industriais opulentos, ou candidatos vinculados a grande empresa.

O presente recurso configura um caso típico do poder do dinheiro na vida política do País: o dos candidatos que chegam de súbito aos mais altos postos da representação popular, sem prévia atuação na vida pública, elegendo-se com surpreendente superioridade de votos, mesmo em Estados em que nunca residiram, nem exerceram qualquer atividade profissional.

Na hipótese, o que se diz contra o candidato do P.S.D., o Governo de Minas Gerais, ele — jamais tendo sido político neste Estado, onde não reside nem tem negócios, nele se elegeram deputado federal em 1962, com a maioria absoluta, alcançada pelos mais ilustres homens públicos de Minas ou por seus banqueiros mais modestos. Conclui-se que isso só foi possível pelo emprego de meios financeiros de tal monta que comprometem a lisura do pleito, traduzindo em razoáveis condições de competição democrática.

O que se diz a favor é que ele realmente conquistou as preferências do eleitorado pelo dinheiro, porém através de gestos de magnanimidade, concretizados, não na compra de votos ou em excessos de propaganda paga, porém exclusivamente em doações a entidades beneficentes ou destinados à realização de melhoramentos públicos, em diversos Municípios.

Essa defesa torna tranqüila toda a matéria de fato. Que o candidato haja feito uso de seu dinheiro para eleger-se, está admitido e reiterado, apenas com a ressalva de que o fato não é crime e que a constatação de ser legítimo que os ricos façam política com os seus meios, quando não possam outros.

## POR ABUSO DO PODER ECONÓMICO, QUE SE RECONHECE PARA EFEITO DE INELEGIBILIDADE.

ACORDÃO 8007 — Recurso 6189-CE — Relator Min. Washington Bolívar EMENTA: INELEGIBILIDADE DE DECORRÊNCIA DE ABUSO DO PODER ECONÓMICO, APURADO QUANDO DO PLEITO ANTERIOR. Requerendo-se a junção dos respectivos Acórdãos para melhor exegese de V.Ex.a, e da Egrégia Corte Eleitoral.

## DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A melhor confissão do abuso do Poder Econômico, está atribuída ao impugnado, no seu próprio jornal, edição de 05 de agosto, em curso, pág. 03, sob o título "NA CORRIDA PARA O SENADO MUCIO SOBE 44% EM 30 DIAS", na qual, o impugnado expressou que tudo isto era o resultado do "trabalho dedicado à comunidade que vem desenvolvendo, através de múltiplos, assistência social...". E qual seria a assistência social e os múltiplos, senão as referências desde o limbo desta Representação de Impugnação. (Doc.)

Afirmar-se-ia ainda, que o Regime Democrático só será possível quando a moralidade dos homens públicos forem prequestionada, pois está, também, uma exigência constitucional para a elegibilidade, consoante a inteligência do artigo 151, inciso IV e mesmo que não fora, a moral está acima de todas as virtudes.

Portanto, há de se indagar, se o impugnado tem a moralidade para exercer, ou pelo menos, para concorrer ao cargo de SENADOR DA REPÚBLICA e participar da ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ou suas assistências postas para apresentar à Nação Brasileira, aos eleitores de Rondônia e aos inúmeros "eleitores" do outro lado do Impugnado não iria apresentar propostas para revogar o Código Eleitoral, o Código Penal e as Contravenções Penais, para então, ficar impune a todos estes delitos que vem praticando? Será que a Capital Federal, Centro Administrativo-Político do País, merece ter um candidato ao SENADO FEDERAL com o caráter e a personalidade do impugnado?

EX POSITIS, se requer: A não concessão do Registro de Candidato ao SENADO FEDERAL, POR TENTATIVA CONTRA A PROPRIEDADE PRIVADA E PÚBLICA EM DESENVOLVIMENTO DE MANDATO respectivo, consoante a inteligência do inciso IV do artigo 151 da Constituição Federal; por ABUSO DO PODER ECONÓMICO, previsto no inciso III do artigo referido c/c o artigo 1º, inciso I, letra "L", da Lei Complementar nº 77, POR TENTATIVA CONTRA A PROPRIEDADE PRIVADA E PÚBLICA EM DESENVOLVIMENTO DE MANDATO respectivo, consoante a inteligência do inciso IV do artigo 151 da Constituição Federal; por ABUSO DO PODER ECONÓMICO, previsto no inciso III do artigo referido c/c o artigo 1º, inciso I, letra "L", da Lei Complementar nº 77, POR TENTATIVA CONTRA A PROPRIEDADE PRIVADA E PÚBLICA EM DESENVOLVIMENTO DE MANDATO respectivo, consoante a inteligência do inciso IV do artigo 151 da Constituição Federal; por ABUSO DO PODER ECONÓMICO, previsto no inciso III do artigo referido c/c o artigo 1º, inciso I, letra "L", da Lei Complementar nº 77, POR TENTATIVA CONTRA A PROPRIEDADE PRIVADA E PÚBLICA EM DESENVOLVIMENTO DE MANDATO respectivo, consoante a inteligência do inciso IV do artigo 151 da Constituição Federal; por ABUSO DO PODER ECONÓMICO, previsto no inciso III do artigo referido c/c o artigo 1º, inciso I, letra "L", da Lei Complementar nº 77, POR TENTATIVA CONTRA A PROPRIEDADE PRIVADA E PÚBLICA EM DESENVOLVIMENTO DE MANDATO respectivo, consoante a inteligência do inciso IV do artigo 151 da Constituição Federal; por ABUSO DO PODER ECONÓMICO, previsto no inciso III do artigo referido c/c o artigo 1º, inciso I, letra "L", da Lei Complementar nº 77, POR TENTATIVA CONTRA A PROPRIEDADE PRIVADA E PÚBLICA EM DESENVOLVIMENTO DE MANDATO respectivo, consoante a inteligência do inciso IV do artigo 151 da Constituição Federal; por ABUSO DO PODER ECONÓMICO, previsto no inciso III do artigo referido c/c o artigo 1º, inciso I, letra "L", da Lei Complementar nº 77, POR TENTATIVA CONTRA A PROPRIEDADE PRIVADA E PÚBLICA EM DESENVOLVIMENTO DE MANDATO respectivo, consoante a inteligência do inciso IV do artigo 151 da Constituição Federal; por ABUSO DO PODER ECONÓMICO, previsto no inciso III do artigo referido c/c o artigo 1º, inciso I, letra "L", da Lei Complementar nº 77, POR TENTATIVA CONTRA A PROPRIEDADE PRIVADA E PÚBLICA EM DESENVOLVIMENTO DE MANDATO respectivo, consoante a inteligência do inciso IV do artigo 151 da Constituição Federal; por ABUSO DO PODER ECONÓMICO, previsto no inciso III do artigo referido c/c o artigo 1º, inciso I, letra "L", da Lei Complementar nº 77, POR TENTATIVA CONTRA A PROPRIEDADE PRIVADA E PÚBLICA EM DESENVOLVIMENTO DE MANDATO respectivo, consoante a inteligência do inciso IV do artigo 151 da Constituição Federal; por ABUSO DO PODER ECONÓMICO, previsto no inciso III do artigo referido c/c o artigo 1º, inciso I, letra "L", da Lei Complementar nº 77, POR TENTATIVA CONTRA A PROPRIEDADE PRIVADA E PÚBLICA EM DESENVOLVIMENTO DE MANDATO respectivo, consoante a inteligência do inciso IV do artigo 151 da Constituição Federal; por ABUSO DO PODER ECONÓMICO, previsto no inciso III do artigo referido c/c o artigo 1º, inciso I, letra "L", da Lei Complementar nº 77, POR TENTATIVA CONTRA A PROPRIEDADE PRIVADA E PÚBLICA EM DESENVOLVIMENTO DE MANDATO respectivo, consoante a inteligência do inciso IV do artigo 151 da Constituição Federal; por ABUSO DO PODER ECONÓMICO, previsto no inciso III do artigo referido c/c o artigo 1º, inciso I, letra "L", da Lei Complementar nº 77, POR TENTATIVA CONTRA A PROPRIEDADE PRIVADA E PÚBLICA EM DESENVOLVIMENTO DE MANDATO respectivo, consoante a inteligência do inciso IV do artigo 151 da Constituição Federal; por ABUSO DO PODER ECONÓMICO, previsto no inciso III do artigo referido